

Área Educação, Arte e Cultura
Programa Prazer em Ler
Projeto Escola de Leitores - Proposta Técnica



**Por uma
educação de
qualidade para
crianças e
adolescentes**

Realização

Instituto C&A

Diretor Presidente

Paulo Castro

Assessora de Educação

Alais Ávila

Gerente da Área Educação – Arte – Cultura

Áurea Maria Alencar R. Oliveira

Coordenadora do Programa Prazer em Ler

Ana Dourado

Coordenadora dos Programas Educação Infantil e Educação Integral

Priscila Fernandes

Gerente da Área Desenvolvimento Institucional e Comunitário

Janaina Jatobá

Coordenadora dos Programas Desenvolvimento Institucional e Redes e Alianças

Cristiane Felix

Gerente da Área Mobilização Social

Carla Sattler

Coordenador do Programa Voluntariado

Luiz Covo

Analista de Projetos

Solange Martins

Assistentes de Programas

Daniela Paiva

Patrícia Souza Carvalho

Vânia Vital

Consultores do Programa

Cida Fernandez – Centro de Cultura Luiz Freire

Revisão e Edição

Beatriz A. Vasconcelos

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	3
2. JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA PRAZER EM LER.....	6
3. DADOS DE CENÁRIO.....	8
4. ÁREA DE ABRANGÊNCIA.....	22
5. PÚBLICOS DO PROGRAMA.....	22
6. DIRETRIZES INSTITUCIONAIS PARA O PROGRAMA.....	22
7. PRINCÍPIO BÁSICO DO PROGRAMA.....	23
8. OBJETIVOS DO PROGRAMA.....	23
9. INDICADORES E METAS.....	24
10. FUNDAMNETAÇÃO TEÓRICA DO PROGRAMA.....	26
11. ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	35
12. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO.....	47
13. RESULTADOS ESPERADOS.....	49
14. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO.....	51
BIBLIOGRAFIA.....	52
ANEXOS.....	53
I - Estudos de Cenário – resumo executivo	
II- Sistema de Acompanhamento e Avaliação de Projetos de Leitura	
III - Plano Anual de Ação (com orçamento)	

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Instituto C&A - Perfil Institucional

O Instituto C&A é uma organização sem fins lucrativos que tem por finalidade promover e qualificar, em âmbito nacional, a educação de crianças e adolescentes. Esta finalidade, já estabelecida no ato de criação do Instituto C&A, em 1991, perfaz a essência da missão desta instituição e define suas diretrizes no sentido de uma efetivação dos direitos de crianças e adolescentes a uma educação de qualidade.

Missão do Instituto C&A

Promover a educação de crianças e adolescentes das comunidades onde a C&A atua, por meio de alianças e do fortalecimento de organizações sociais

Mediante os pressupostos anunciados em sua missão, o Instituto C&A organiza suas atividades em torno de três áreas de investimento:¹

Educação – Arte – Cultura, área na qual se encontram os seguintes programas/projetos:

- Programa Prazer em Ler
Escola de Leitores
- Programa Educação Infantil
- Programa Educação Integral
Núcleo de Cultura e Arte

1. Desenvolvimento Institucional e Comunitário, com os programas:

- Programa Desenvolvimento Institucional
- Programa Redes e Alianças

2. Mobilização Social

- Programa Voluntariado Empresarial

¹ Desde que foi criado, o Instituto C&A investiu cerca de U\$\$ 55 milhões em aproximadamente 1,3 mil ações sociais voltadas à educação de crianças e adolescentes. Algumas dessas iniciativas ganharam status de política pública, de modo que o número estimado de beneficiários nos projetos apoiados pelo Instituto C&A é de 1 milhão de pessoas. A organização é mantida por doações da Cofra Foundations, que é o braço social do Grupo Cofra, holding que controla a C&A.

A política de investimento do Instituto C&A se dá por meio da formação de parcerias e alianças, propiciando apoio técnico e financeiro a programas e projetos sociais realizados por outras instituições sem fins lucrativos e pelo poder público, considerando, nesta relação, o compartilhamento de princípios, valores, diretrizes e decisões estratégicas.

1.2 EDUCAÇÃO – ARTE – CULTURA

PROGRAMA PRAZER EM LER

No cenário das políticas sociais brasileiras, a sociedade civil tem um papel de grande relevância, sobretudo no que diz respeito ao enfrentamento de questões relacionadas aos direitos fundamentais de cidadania: direito à educação de qualidade, direito a uma vida saudável, direito ao trabalho, direito à igualdade de oportunidades, direito à cultura e ao lazer, entre outros. São sobejamente conhecidas as instâncias de participação da população brasileira, como conselhos, fóruns e movimentos, dentre outros, que trazem à tona discussões acerca da real efetivação dos direitos consagrados pela Constituição de 1988. Os poderes públicos e diferentes grupos sociais, organizados ou não, ora em situação de confronto, ora em posições de franco diálogo e cooperação, vêm alcançando resultados eficazes quando optam por compartilhar responsabilidades. Esta associação entre o público e o privado é hoje responsável por mudanças substanciais em diversas áreas passíveis de intervenção humana, como por exemplo, a área do meio-ambiente, da saúde, do trabalho, da educação, etc.

O Instituto C&A, ao delimitar, no amplo campo das ações sociais, o foco de sua atuação, elege como prioridade a educação de crianças e adolescentes, por acreditar no papel essencial dos processos formativos para o público infanto-juvenil. É preciso remarcar que o Instituto C&A concebe a educação como condição preponderante para a cidadania e a democracia, e que, de tal forma, considera que ser cidadão e ser indivíduo é um processo que requer aprendizagem ao longo da vida. Aí está implicado que a construção do sujeito tanto na esfera individual quanto na esfera política e social (isto é, na esfera da cidadania) não é possível sem que haja uma devida apropriação do conhecimento socialmente produzido, o qual se traduz nos diversos saberes, técnicas, valores, instrumentos, usos e costumes, na filosofia e na arte, enfim, na cultura de todo

um povo. Sem apropriação da cultura não é possível de fato integrar-se nem como pessoa nem como cidadão e agir, assim, com autonomia. E a grande via pela qual esta apropriação da cultura nos é possibilitada não é outra senão a via da educação, tomada aqui em amplo sentido.

A Área Educação – Arte – Cultura apresenta-se como uma unidade em que se consubstancia o conceito de educação adotado pelo Instituto C&A e cujos fundamentos estão brevemente delineados no parágrafo anterior. Nesta área estão contemplados todos os programas de atendimento direto a crianças e adolescentes, devidamente fundamentados e estruturados, mediante estudos prévios do cenário educacional brasileiro, com os fins específicos de subsidiar a política de investimento social do Instituto C&A².

1.2.1 O programa Prazer em Ler pertence à área de Educação, Arte e Cultura e seus princípios, diretrizes, estratégias e ações foram concebidos a partir de uma análise criteriosa sobre a situação da leitura no Brasil³. Tal análise permitiu desenhar um programa de projeção nacional, que incidisse sobre a problemática apresentada, sobretudo sobre as limitações de acesso que expressiva parcela de nossa população sofre em relação ao desenvolvimento pleno de suas competências de leitura e escrita. São limitações que impossibilitam diretamente o domínio de códigos básicos de cidadania, uma vez que, na sociedade da informação, a escrita e a leitura são instrumentos imprescindíveis para a expressão de idéias, a comunicação, a manifestação cultural e a participação social dos indivíduos.

Concepção de Educação

“Educar o ser humano é torná-lo sujeito, é dar-lhe condições para que se aproprie de conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e elementos da cultura, para conferir-lhe autonomia”.

² Os estudos de cenário contemplam uma série de ações como: questões de conteúdo, análises de tendências e de indicadores educacionais, identificação de atores, de organizações e instituições educativas e a maneira como estas concebem a dimensão de cada tema em pauta, no cenário em que atuam – a leitura, a educação infantil, a educação integral, a cultura e a arte, o desenvolvimento social e comunitário e o voluntariado empresarial.

³ Os Estudos de Cenário do programa Prazer em Ler são apresentados em sua integralidade através do site WWW.institutocea.com.br. O resumo executivo encontra-se anexado a este documento.

É nesta perspectiva anteriormente descrita que o Instituto C&A compreende alguns dos principais atributos de uma educação de qualidade, os quais pressupõem a leitura e a escrita como sendo habilidades capazes de qualificar a relação do sujeito com seu entorno, assim como em sua autonomia e conseqüente inserção social. Por outro lado, na medida em que se implantam bibliotecas e espaços de leitura, expandem-se as oportunidades culturais das crianças, adolescentes e seus familiares nas comunidades onde vivem.

No contexto brasileiro, porém, verifica-se ainda hoje uma evidente fragmentação e precariedade das políticas de formação de leitores. Dados recentes apontam que a consolidação de mentalidades e práticas voltadas para a leitura literária só poderá tornar-se fato a partir de políticas concretas de democratização do acesso ao livro bem como da construção de uma cultura leitora que envolva diferentes agentes da sociedade brasileira⁴.

Mediante tal conjuntura, o programa Prazer em Ler foi concebido com a finalidade de formar leitores e o conseqüente desenvolvimento do gosto pela leitura, orientando-se pela premissa de que a literatura pode contribuir na construção da cidadania, pois cada leitor elabora, a partir da leitura, reflexões que o apóiam no processo de inserção como sujeito na sociedade. Ao mesmo tempo, a relação do leitor com a literatura é feita de intersubjetividades, ou seja, o leitor vai estabelecendo novas formas de ver, que o permitem ter mais clareza tanto de seu universo interno quanto de seu lugar no mundo.

Por essa razão, como diz Edson Gabriel Garcia, *uma leitura será sempre um processo de produção de sentidos na construção do real, que envolve o sujeito leitor, o texto, as práticas anteriores de leitura*⁵.

Dentre as várias estratégias de ação que programas de incentivo à leitura podem, em geral, empreender, o programa Prazer em Ler escolheu concentrar-se prioritariamente na promoção do gosto pela leitura. Partindo da premissa de que um real gosto pela

⁴ Ver **Documento Base do Plano Nacional do Livro e da Leitura**, Ministério da Cultura, 2006 e **Retratos da Leitura no Brasil**, São Paulo, 2008 (2ª. ed.)

⁵ GARCIA, E.G. Prazer em Ler – um roteiro prático poético para introduzir qualquer um e quem quiser nas artes e artimanhas das gostos ices da leitura. Instituto C&A/Cenpec, São Paulo, 2006, p.18.

leitura pode influenciar positivamente, em vários aspectos, a vida de crianças e adolescentes, o programa orienta seus projetos a promoverem a ampliação do acesso ao livro e a realizarem práticas que estimulem o desenvolvimento de comportamentos leitores. Todo esse escopo do programa Prazer em Ler se realiza à luz de seus pressupostos fundamentais, no que se refere ao apoio a projetos de leitura: espaços organizados para a leitura; acervo qualificado; educação mediadora de leitura e funções atribuídas ao professor orientador de Salas de Leitura ou Bibliotecas.

1.2.2 O projeto Escola de Leitores é uma das ações do Programa Prazer em Ler, promovido pelo Instituto C&A e realizado em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, das cidades do Rio de Janeiro, Paraty, São Paulo, Natal e com a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ.

O projeto Escola de Leitores se propõe a mobilizar as comunidades escolares para a implementação ou consolidação e aprimoramento de projetos de leitura, agregando às iniciativas de trabalho com leitura, das Secretarias Municipais de Educação, a metodologia dos projetos do Prazer em Ler, estruturada sobre quatro eixos metodológicos:

- a) Acervo: acesso a livros de literatura, atendendo aos interesses dos usuários;
- b) Espaço: bibliotecas ou espaços de leitura ambientados de forma orientada e adequada para estimular a interação do leitor com os vários gêneros e suportes de leitura e com outros leitores;
- c) Mediação: mediadores de leitura capazes de promover o desenvolvimento do gosto pela leitura e da cultura leitora nas comunidades onde os projetos são realizados;
- d) Gestão de Salas de Leitura ou Biblioteca (funções atribuídas ao professor orientador de salas de leitura/bibliotecas e espaços afins) - refere-se às ações de docentes ou professores orientadores do espaço de leitura, no sentido de cuidar da manutenção do ambiente, da programação, do acervo e da comunicação externa da leitura na comunidade⁶.

⁶ Tal como na gestão de sala de aula, em que o professor é um organizador da aprendizagem, um detentor de um conjunto de competências relacionais e didáticas, a gestão de espaços de leitura também compreende a existência de um perfil de docente que possa planejar e desenvolver atividades e projetos específicos de leitura, estabelecendo a aproximação com a comunidade escolar – professores, alunos,

Acredita-se que experiências organizadas e dinamizadas por estes quatro elementos poderão ampliar e potencializar a formação de leitores e a formação gestora das equipes escolares, contribuindo com as Secretarias de Educação, para o desenvolvimento de políticas públicas de promoção da leitura.

2. JUSTIFICATIVA DO PROJETO ESCOLA DE LEITORES

2.1 Dados de Cenário

No Brasil, os indicadores relacionados ao desempenho escolar são ainda a grande referência para se avaliar o desenvolvimento da leitura e da escrita, sobretudo entre crianças e adolescentes. De acordo com o Mapa do Analfabetismo no Brasil (INEP, 2003)⁷, a evolução da taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais diminuiu de 65,3%, em 1900, para 13,6%, em 2000. Tem havido, de fato, uma redução expressiva do número de analfabetos a partir de década de 1980. Não obstante, em números absolutos a quantidade de analfabetos existentes em 2000 era duas vezes maior do que o que havia em 1900. E o mais estarrecedor é que 35% dos analfabetos brasileiros já freqüentaram a escola. Segundo a última pesquisa Mapa do Analfabetismo no Brasil publicada pelo MEC em 2009⁸, no Brasil existem 16,3 milhões de pessoas incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples.

A pesquisa denominada Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional – INAF classifica o analfabetismo em três níveis: no nível 1 (rudimentar) conseguem apenas ler títulos ou frases, no nível 2 (básico) estão aqueles que conseguem ler textos curtos e no nível 3 (pleno) aquelas pessoas capazes de ler textos mais longos, localizar e relacionar mais de uma informação, comparar vários textos, identificar fontes⁹.

famílias, dinamizando as equipes envolvidas nos projetos, além de gerir os recursos materiais e financeiros relacionados a esses espaços.

⁷ BRASIL. Mapa do Analfabetismo no Brasil. MEC/INEP, Brasília, 2003. WWW.inep.gov.br/estatistica/analfabetismo.

⁸ Idem, 2009.

⁹ Instituto Paulo Montenegro/Acao Educadiva. INAF, 2005, p.06. WWW.acaoeducativa.org.br

O INAF 2005¹⁰ demonstra que entre 2001 e 2005, ainda que se verifique tendência de diminuição do nível 1 e aumento dos que atingem o nível 2, a situação dos entrevistados que atingem o nível 3 não teve evolução significativa, mantendo-se próximo a um quarto da população estudada. Ou seja, apenas um em cada quatro jovens e adultos brasileiros consegue compreender totalmente as informações contidas em um texto e relacioná-las com outros dados. Configura-se, assim, um quadro perverso de exclusão social, que indica que cerca de três quartos da população brasileira não detém os meios de ler e interpretar o mundo a sua volta.

A principal causa está na falta da prática habitual da leitura, sobretudo entre as populações mais pobres, significando que, por mais que o Estado e a sociedade se empenhem em incluir milhões de brasileiros a cada ano no sistema de ensino, a maior parte deles termina não ultrapassando a condição do analfabetismo funcional, levando a que esse formidável conjunto de esforços, energia e investimentos públicos e privados não se realize plenamente, não atingindo suas finalidades. Aqui o que está em questão é a necessidade de buscar meios mais eficazes para superar este fosso secular na história da educação no país.

Numa outra linha de investigação, a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, publicada em 2008 pelo Instituto Pró-Livro, revelou que, mesmo apresentando limites, é mesmo a escola que vem permitindo às crianças e adolescentes brasileiros uma maior aproximação com a leitura literária. Ou seja, é na idade escolar que a literatura se faz mais presente na vida dos brasileiros, como mostra o resumo da pesquisa a seguir:

O universo estudado foi a população brasileira acima de 5 anos de idade. Todo o território nacional foi coberto e foram realizadas 5.012 pesquisas de opinião. A penetração da leitura está condicionada a aspectos culturais e sociais da sociedade brasileira. Ela é menor em famílias com menos recursos e com pouca intimidade com os livros, como afirma o documento:

¹⁰ idem

“As alegações para a ausência de leitura no ano anterior à pesquisa evidenciam problemas de várias ordens: falta de tempo: 54%, outras preferências: 34%; desinteresse: 19%; falta de dinheiro: 18%; falta de bibliotecas: 15%. Assim, 33% das alegações dizem respeito à falta de acesso real e 53% dizem respeito ao desinteresse pela leitura. Se considerarmos a falta de tempo uma questão de opção na organização da agenda pessoal, o índice de desinteresse pela leitura cresce muito.”

“Tais informações parecem configurar um ambiente onde a leitura não é socialmente valorizada, em que o livro não tem um lugar assegurado. Tanto é que 86% dos não-leitores nunca foram presenteados com livros na infância, enquanto que no universo dos considerados leitores esse índice cai para 48%. Outra informação importante diz respeito às práticas familiares de leitura. Nos lares dos não-leitores, 55% nunca viram os pais lendo.”¹¹

Para a maioria dos entrevistados, é na escola que se dá a efetiva relação cotidiana com o livro. Segundo a pesquisa:

“Muitos entrevistados afirmam que não lêem ou não vão à biblioteca porque ‘não estão estudando’, o que mostra a relação da leitura com a escola, ou ‘com os estudos’, na percepção das pessoas. O uso da biblioteca pública parece também feito através da escola: sua frequência cresce (34%) nas faixas etárias de 5 a 17 anos e tem como objetivos principais pesquisar e estudar. E com relação à frequência da leitura de diferentes tipos de livros, os didáticos e universitários são os únicos lidos mais frequentemente (70%) que ocasionalmente (30%).”¹²

Na pesquisa do Instituto Pró-Livro, foram considerados leitores as pessoas que leram ao menos um livro nos últimos três meses (55% da população estudada). Desses, 50% são estudantes que lêem algo porque foi indicado pela escola e 7% que afirmam ler a Bíblia. Da população total brasileira, estima-se que cerca de um terço lê com frequência e supostamente buscam alternativas ou têm seu contato com livros facilitado em escolas, bibliotecas, livrarias ou pela família. É interessante observar que os leitores, que são

¹¹ Instituto Pró-Livro. **Retratos da Leitura no Brasil**, São Paulo, 2008 (2ª. ed.) p. 13.

¹² Idem, Ibid. p.14.

considerados como mantendo uma relação mais freqüente com os livros, são os que estão na faixa etária de 11 a 17 anos. De maneira geral, constata-se que é maior o percentual de penetração da leitura no cotidiano dos leitores mais jovens, como se vê nos índices abaixo:

85% é a taxa de penetração da leitura nos que têm idade entre 11 a 13 anos

82% entre 14 a 17 anos

61% entre 18 a 24 anos

52% entre 25 a 29 anos

52% entre 30 a 39 anos

49% entre 40 a 49 anos

43% entre 50 a 59 anos

26% entre 60 a 69 anos

20 % entre os que têm 70 anos ou mais

Como resultado da pesquisa, pode-se aferir que parecem surgir importantes indicadores de progresso na forma como crianças e adolescentes têm acesso ao universo literário nas escolas. Os fatores que vêm contribuindo para tal progresso são os seguintes:

- ✓ Crescente alfabetização de crianças e adolescentes
- ✓ Progressiva ampliação da escolaridade a um período de vida cada vez mais prolongado
- ✓ Entrada da literatura infantil e juvenil no âmbito escolar
- ✓ Aumento de oferta editorial dos livros para crianças, adolescentes e jovens

2.2 Antecedentes do Instituto C&A – parcerias com Escolas Públicas

Para o programa Prazer em Ler, o mais importante é perceber em que medida as mudanças na percepção da literatura no cotidiano escolar abrem perspectivas para um trabalho integrado entre a escola e a comunidade que a circunda.

Foi percebendo a oportunidade de contribuir nessa perspectiva que o Instituto C&A iniciou, já em 2007, uma ação efetiva de formação de educadores de escolas públicas, cujas fases iniciais estão abaixo resumidas:

Até fins de 2006, as parcerias com escolas se davam de maneira pontual, envolvendo associações de pais e mestres ou outras ONGs de atuação articulada com escolas. Em 24 de maio e em 2 de agosto, respectivamente, no ano de 2007, o Instituto C&A firmou um acordo com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP) e outro com a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte, dando início a uma variante do programa chamada Prazer em Ler – Escolas Públicas.

2.2.1 Parceria entre Instituto C&A e Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

O trabalho com a SME-SP foi focado na formação de educadores de escolas públicas para a atuação como mediadores de leitura. No âmbito da parceria, profissionais de 58 escolas – 27 Escolas Municipais de Educação Infantil (Emeis) e 31 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (Emefs), da região de Capela do Socorro, zona sul da cidade¹³ – foram convidados a participar do projeto, que teve duração de 16 meses e foi executado em parceria com o Centro de Estudos A Cor da Letra, de São Paulo (SP). A iniciativa foi, efetivamente, um projeto piloto, que poderá vir a ser expandida a toda a rede municipal, que já possui bibliotecas escolares e profissionais que atuam como “orientadores de salas de leitura”.

Tal iniciativa da SME-SP faz parte do programa Ler e Escrever, desenvolvido desde 2005. A ação visa a garantir aos alunos da Rede Municipal o direito de aprender a ler e escrever na escola como condição indispensável para adquirirem os conhecimentos de todas as áreas e, principalmente, para ter plena participação social. O programa foi criado com a intenção de reverter o fato de grande parte dos alunos da rede não dominar o sistema de escrita ao final do 1º ano do Ciclo I, enquanto os do Ciclo II precisam aprimorar suas competências na área da leitura e da escrita para enfrentarem os desafios hoje colocados pela nossa sociedade. A parceria com o Instituto C&A buscou potencializar as ações do programa Ler e Escrever.

¹³ A Subprefeitura da Capela do Socorro é uma das 31 subprefeituras da cidade de São Paulo. É composta por três distritos: Socorro, Grajaú e Cidade Dutra que somados representam 134,2 km², e habitada por mais de 600 mil pessoas, sendo a mais populosa da cidade (estima-se que a população já supere os 600 mil com folga).

Os números da parceria em São Paulo

- Investimento – R\$ 600 mil
- Escolas convidadas – 58
- Educadores esperados na formação – 120
- Público indireto – 56 mil crianças
- Duração da formação – 16 meses

2.2.2 Parceria entre Instituto C&A e Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte.

No Rio Grande do Norte, o convênio assinado entre o Instituto C&A e a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (Seec) do Rio Grande do Norte partiu de uma realidade distinta, já que, no início da parceria, as políticas públicas de promoção da leitura no Estado eram incipientes. O projeto, executado pelo Instituto de Desenvolvimento da Educação - IDE, voltou-se também para a formação de educadores mediadores de leitura nas escolas, mas com foco específico nas escolas de ensino fundamental da rede estadual de Natal e de um município próximo, Parnamirim. A ação abrangeu 79 unidades educacionais, com capacidade instalada de atendimento para 19 mil crianças.

A iniciativa vem viabilizando a formação direta de até 160 profissionais, entre diretores, coordenadores e orientadores de salas de leitura, tendo um alcance indireto de até 673 educadores, por meio de estratégias de multiplicação de conhecimento. O acordo com a Seec também possibilitou a realização do I e II do Seminário Potiguar Prazer em Ler. O investimento do Instituto C&A no 1º ciclo do projeto foi de R\$ 250 mil.

2.3 Ações futuras – razões que justificam o projeto Escola de leitores.

A partir de 2007 ficou estabelecido que a leitura literária tornar-se-ia um marco de referência para o programa Prazer em Ler. Entre os dias 22 e 24 de agosto deste mesmo ano, o Instituto C&A e a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, com o apoio institucional da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, promoveram um

seminário internacional – *Nos Caminhos da Literatura* – com o objetivo de fomentar o debate e a disseminação de questões teóricas e práticas sobre a promoção da leitura literária para crianças, adolescentes e jovens. Neste seminário, contando com 560 participantes, entre professores da rede pública e da rede privada de ensino, educadores de ONGs, representantes de editoras e fundações empresariais, estudantes e jornalistas, pode-se ver corroborada uma proposta editada nos PCNs, sobre a relevância do texto literário para a formação de leitores, desde os primeiros contatos da criança com o livro. Assim, confirma o documento em pauta: “*Não se formam bons leitores, oferecendo materiais de leitura empobrecidos, justamente no momento em que as crianças são iniciadas no mundo da escrita. As pessoas aprendem a gostar de ler quando, de alguma forma, a qualidade de suas vidas melhoram com a leitura*”.¹⁴

É importante que o trabalho com os textos literários esteja incorporado às práticas cotidianas de sala de aula. Assim orientam os PCNs. Mas, na realidade, *ainda persistem problemas básicos no cotidiano escolar que limitam a relação das crianças e adolescentes com a leitura literária. Quando existem, as bibliotecas escolares são ainda, na maioria das vezes, espaços inapropriados à facilitação da leitura autônoma e seus acervos são pouco adequados aos interesses dos estudantes*. Esta observação, de grande pertinência, é de uma professora da rede pública estadual (RJ) e da Universidade do Grande Rio que pesquisou sobre bibliotecas escolares para sua dissertação de mestrado, pela UFRJ¹⁵.

A professora resume, conforme os índices abaixo arrolados, os limites a que estão submetidas as bibliotecas escolares, alvos de sua pesquisa, limites estes que podem se estender a tantas outras bibliotecas existentes neste país. Eis alguns deles:

1º) O espaço físico – não raras vezes a biblioteca fica num canto escondido da escola. Um local pouco arejado, úmido, mal-iluminado, desconfortável e apertado. Para agravar a situação, muitas escolas dissociam a sala de leitura da biblioteca, apresentando-as como lugares distintos, quando deveriam estar num único espaço. Nesse sentido, a biblioteca em si não passa de um "depósito de livros".

¹⁴ Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Portuguesa. SEF – Brasília, DF, p:24.

¹⁵ BARRETO, Cíntia. Biblioteca Escolar: Ranços e Avanços. Rio de Janeiro, mimeo, p. 01.

2º) **O acervo** – geralmente desatualizado; os livros que se encontram na biblioteca diversas vezes estão em péssimas condições de uso. Muitos são doados pelos próprios professores que, querendo se livrar do "entulho", os depositam na biblioteca, como doação. A falta de recursos para a compra de livros de qualidade contribui para a estagnação e o empobrecimento do acervo.

3º) **Organização do acervo** – a catalogação do acervo acontece de forma confusa, desorganizada e difícil. O sistema de números e letras dificulta o acesso ao objeto de pesquisa não só para o usuário como para o próprio profissional da biblioteca. Um catálogo mal-organizado e com classificação obscura colabora para a falta de interesse dos usuários pela biblioteca. A verdade é que muitas bibliotecas nem têm seu acervo arquivado de forma que permita a pesquisa dos usuários. Algumas escolas anotam seu acervo num velho caderno que só pode ser consultado pelo próprio funcionário da biblioteca para procurar o material solicitado. Dessa forma, o material não pode ser manuseado pelos usuários. Ou seja: não é permitido fazer descobertas no acervo.

4º) **Empréstimo de material** – algumas bibliotecas não adotam o sistema de empréstimo, permitindo apenas a consulta do material no local. Alegam que os alunos danificam os livros, arrancam folhas, rabiscam, demoram a devolver ou não devolvem o material. Por conta disso, não ocorre o sistema de cadastro e empréstimo de material do acervo.

5º) **Horário de funcionamento** – deparar-se com a biblioteca trancada não é pouco comum. O horário de funcionamento nem sempre condiz com os horários que professores e alunos podem e desejam utilizá-la. O fato é que o horário da biblioteca fica a cargo do horário da pessoa que lá trabalha.

6º) **Profissional encarregado da biblioteca** – infelizmente o que se vê são muitos professores em fim de carreira ou com problemas de saúde encostados nela. Assim, na biblioteca encontram-se muitos profissionais que precisam de um lugar tranquilo, silencioso e vazio para passar os últimos dias, meses ou anos de suas vidas profissionais. Por isso, esses educadores preferem manter a ordem, o silêncio sepulcral e a disciplina no local. O pouco ou nenhum contato com o usuário é, assim, almejado; quando acontece, é frio, técnico e monossilábico. Às vezes, é adotado um sistema de empréstimo no qual o usuário solicita o livro por meio de um envelope. No dia seguinte ao pedido, o bibliotecário, em vez de orientar o consulente, deposita o pedido no mesmo

pacote para que o usuário receba sua encomenda. A relação usuário-bibliotecário, nesse sentido, acontece também de forma impessoal. Outro ponto importante a se ressaltar é a condição desse profissional: não-leitor e não-incentivador da prática da leitura no local.

7º) *Utilização da biblioteca escolar* – é válido atentar para a falta de planejamento pedagógico, de projeto que integre a biblioteca ao projeto político-pedagógico da escola. Muitas vezes os usuários reduzem-se a alunos que vão ao local tão-somente para copiar verbetes de grandes enciclopédias e dicionários antigos e empoeirados. Quando a pesquisa na biblioteca não tem como base a cópia, o lugar é mal-utilizado, servindo como local de descanso ou conversa de alunos ou, o que é pior, como espaço de punição.

Alguns professores exigem que os alunos que não estão em sala de aula sejam castigados na biblioteca. Essa postura contribui para fazer da biblioteca a grande vilã da escola.¹⁶

Embora o texto acima se apresente como uma generalização, mas que certamente terá várias exceções ao redor das escolas públicas do país, é verdade que ainda existem limites no caminho da efetiva incorporação da leitura literária no cotidiano escolar. Nas parcerias que vem realizando não apenas em São Paulo e no Rio Grande do Norte, mas também no Rio de Janeiro e em projetos pontuais em Curitiba e João Pessoa, o Instituto C&A defende o envolvimento de toda a comunidade escolar na biblioteca da escola. A concepção de biblioteca escolar, por exemplo, é um dos eixos trabalhados nessas parcerias, que pode ser assim resumida:

“... um universo capaz de despertar a possibilidade de descoberta, vivida por um leitor que desbrava o que lê em direção a significados novos para a sua vida, em uma busca de novos sentidos que vão se juntar às suas experiências diversas. Para que tal processo seja colocado em movimento, é essencial que o conjunto de livros e outros suportes de texto sejam diversificados e adaptados a interesses múltiplos.”¹⁷

Com relação à escola, esta concepção de ambiente de leitura, que seja favorável ao leitor, torna-se fundamental, sobretudo no que diz respeito às ações de mobilização que se pretenda empreender em torno de toda a comunidade escolar, a favor da leitura

¹⁶ BARRETO, Cíntia. **Biblioteca escolar: ranços e avanços**. Rio de Janeiro, mimeo. p. 1 e 2.

¹⁷ Proposta Técnica do Programa Prazer em Ler, p.39.

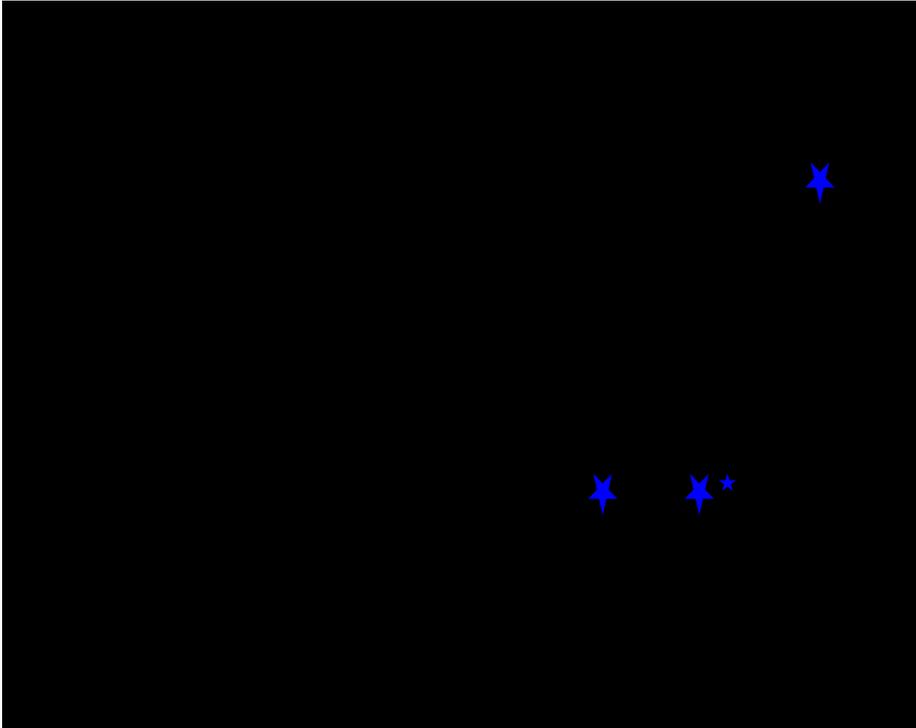
literária. É por esta via, dentre outras, que a leitura literária penetrará na vida do leitor, levando-o a se apropriar de novos significados no processo de aprendizagem. Como diz David Archer, coordenador de educação da ONG ActionAid: *é preciso ligar a aprendizagem a um processo que capacite a pessoa a olhar sua vida e identificar coisas que queira mudar nela. Ler e escrever são as maneiras que as pessoas têm para chegar a essa mudança*¹⁸.

O Instituto C&A acredita no potencial da leitura literária para potencializar esse processo de transformação, mas é fundamental que toda a comunidade escolar se articule para que tal movimento aconteça, de fato. Além disso, para o Instituto C&A apoiar governos em ações de médio prazo, como nos programas de formação continuada de educadores, se faz essencial para o estabelecimento de políticas públicas de leitura, de caráter universal.

O projeto Escola de Leitores constitui-se um ponto de partida dentre as ações do Prazer em Ler, no afã de articular-se com distintos atores para a construção de um Brasil literário. Para isso a escola é a porta de entrada.

3. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

¹⁸ Revista Educação, marco de 2008. “*Ler, escrever e Transformar*”, por David Archer (inglês, mestre em educação pela Universidade de Oxford. Atua no apoio a projetos e redes de educação na África, Ásia e América Latina.



Em 2009, o projeto Escola de Leitores atuará em três capitais – São Paulo, Rio de Janeiro e Natal e na cidade de Paraty (RJ).

4. PÚBLICOS POTENCIAIS

COMUNIDADES ESCOLARES: crianças, adolescentes e jovens, alunos de escolas públicas; professores da rede municipal e estadual de ensino – Educação Infantil e Ensino Fundamental; outros profissionais envolvidos com a escola; famílias e comunidades do entorno escolar.

5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

(Os princípios e diretrizes abaixo arrolados são do programa Prazer em Ler, em torno dos quais o projeto Escola de Leitores se fundamenta).

- Reconhecer a leitura como prática social que ocorre em distintos tempos e espaços, situações e modos de realização.
- Promover o pleno exercício do direito da criança e adolescente de acesso e uso do livro.
- Estimular a coesão de forças da comunidade, bibliotecas escolares, bibliotecas comunitárias, organizações educativas e grupos organizados para a promoção da leitura, estabelecendo parcerias para o desenvolvimento de projetos.

- Incentivar a participação de famílias e comunidade em espaços de leitura.
- Assegurar a visibilidade pública e busca de aprendizagens com a ação em parceria, por meio de mecanismos de monitoramento e avaliação.
- Estimular a criação de espaços organizados de leitura com acervo diversificado;
- Promover a formação de mediadores de leitura

6. PRINCÍPIO BÁSICO

Ler é uma prática social fundamental à formação do cidadão e importante via de acesso ao conhecimento e à cultura

7. OBJETIVOS DO PROJETO

7.1 Objetivo Principal:

Mobilizar comunidades escolares para implantação ou aprimoramento e consolidação de projetos de promoção da leitura e de formação de leitores literários em redes municipais e estaduais de educação.

7.2 Objetivos Específicos

- Contribuir para a consolidação de projetos de formação de leitores que sejam referência para as redes municipal e estadual de ensino;
- Promover o intercâmbio das experiências obtidas nos processos de formação de leitores das redes municipal e estadual de ensino;
- Dar visibilidade pública às ações de promoção da leitura e de formação de leitor

8. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

(Em consonância com a fundamentação teórica do programa Prazer em Ler).

Na perspectiva de se integrar à missão institucional de contribuir para uma educação de qualidade para crianças e adolescentes, o programa Prazer em Ler concebe o processo da leitura em três perspectivas:

- a) A perspectiva da leitura como processo de construção de significados
- b) A perspectiva da leitura literária
- c) A perspectiva social da leitura ou como processo de construção da cidadania

Segue abaixo uma sucinta descrição desses itens que dão fundamento teórico ao programa Prazer em Ler e, conseqüentemente, ao projeto Escola de Leitores.

8.1 A perspectiva da leitura como processo de construção de significados

Os estudos cognitivos permitiram uma melhor compreensão sobre o processo de construção de significados pelo sujeito na sua relação com o mundo e consigo mesmo, o que permitiu estruturar novas concepções de educação.

Uma importante contribuição da área dos estudos cognitivos foi dada por Vigotsky e outros socioconstrutivistas, que puderam perceber a criança como capaz de criar significados a partir das situações sociais por ela vivenciadas. Vigotsky dá enorme valor à linguagem como instrumento essencial para o desenvolvimento da aprendizagem e aí se abre um grande universo de contato entre a educação e a literatura para crianças. Além da palavra, o jogo também ganha espaço na construção simbólica que a criança vivencia para entender melhor a si mesma e ao mundo que a cerca. E aqui a literatura também exerce um papel importante, uma vez que estabelece relações lúdicas com o real.

Os estudos cognitivos foram fundamentais para a compreensão da leitura enquanto processo subjetivo de construção de significados. Antes desse marco conceitual, as pesquisas sobre compreensão leitora tinham uma tendência a interpretar o comportamento leitor na criança como uma mera apropriação de um esquema narrativo padrão que era aplicado à grande maioria dos textos literários lidos. Imaginava-se que a criança pequena limitava-se a acompanhar uma história a partir do esquema “começo, dificuldade, desfecho”, sem capacidade de incluir enredos mais elaborados nesse padrão. Mais recentemente, os autores tendem a perceber a existência de padrões muito mais elaborados na atividade leitora da criança, sendo eles:

- 1) Configuração e imaginação: os leitores constroem o quadro mental que lhes permitirá acompanhar a narrativa como se estivessem presentes;*
- 2) Previsão e retrospectiva: o leitor lança hipóteses sobre o desenvolvimento narrativo ou reflete sobre o que leu;*
- 3) Participação e construção: os leitores se identificam com os personagens e as situações e ficam emocionalmente imersos no texto;*

4) *Valorização e avaliação: os leitores elaboram julgamentos sobre o mérito do texto, embora também apliquem seus próprios julgamentos de valor sobre as situações descritas.*¹⁹

Por fim, os estudos cognitivos também constataram que existe uma capacidade inata à criança de, a partir da leitura de ficção, construir experiências sólidas e ampliar suas possibilidades de socialização com o mundo real. Em outras palavras, as crianças sabem como mergulhar na fantasia e ao mesmo tempo construir experiências para decodificar melhor o mundo real. As crianças também não precisam, como o fazem os adultos, separar o que é real do que é fantasioso, elas convivem muito bem com essa ambigüidade e aprendem a tirar da relação com a literatura os esquemas e valores que as ajudem em seu processo de socialização.

Ao mesmo tempo, um contato precoce com a narrativa literária contribui para a construção de associações entre a experiência individual da criança com os padrões culturais e convenções produzidas socialmente, referendadas pelo universo literário. Noções como ritmo, encadeamento de histórias, seguimento de esquemas narrativos, são aprendidas desde uma idade muito precoce (cerca de dois anos e meio) e as vantagens proporcionadas pelo acesso ao universo literário são enormes, sobretudo se ela começa antes mesmo dessa fase. Além disso, é justo considerar que esse contato precoce com noções, convenções e esquemas narrativos pode facilitar a aprendizagem dos conhecimentos necessários para a escolarização e para a socialização da criança.

8.2 A perspectiva da leitura literária

O campo da teoria literária que se ocupa da teoria da recepção vem contribuindo em muito para a evolução dos estudos específicos à literatura infanto-juvenil. A preocupação com a figura do leitor bem como com as condições sociais e culturais que influem na produção e uso dos livros são essenciais para contextualizar devidamente a literatura para crianças e adolescentes.

Em primeiro lugar, essa contribuição da teoria da recepção ajudou a melhor definir o que se entende por “competência literária”, conceito que pode ser muito útil para o aperfeiçoamento do programa Prazer em Ler. Houve enormes avanços no campo da teoria literária no que se refere à definição deste conceito. Se antes os estudiosos buscavam avaliar um leitor competente através da sua habilidade em decifrar os componentes literários presentes no texto, hoje abrem-se caminhos para situar a competência literária no terreno da cultura e da comunicação. A cultura nesse campo de estudo é vista “*não como um ‘depósito’ que os indivíduos armazenam, mas como um mecanismo estruturador de sua forma de ver o mundo*”²⁰. Assim, ao se deparar com

¹⁹ Cf. Colomer, *op. cit.*, p. 87.

²⁰ Colomer, *op. cit.*, p. 93.

um texto, o leitor é mais competente se consegue construir sentidos nessa leitura e não se consegue decifrar determinados padrões poéticos ou narrativos. Ao mesmo tempo, espera-se que esse leitor também conheça o sistema cultural de uma sociedade, tornando-se mais sensível artisticamente, com uma imaginação mais ativa e com a possibilidade de elaborar idéias que contribuam para sua inserção em um determinado contexto social e cultural. A literatura apresenta-se, assim, tanto como um campo propício ao desenvolvimento da sensibilidade artística, por via da fruição estética, como também como um universo em que o sujeito se constrói como cidadão, participe pleno da sociedade e da cultura em que vive.

A teoria da recepção também vem contribuindo significativamente para a ampliação de conceitos sobre o ato de ler. Para o programa Prazer em Ler, esses novos conceitos são fundamentais, já que envolvem a compreensão da interação entre o texto e o leitor. Se um dos eixos estratégicos do programa é a mediação da leitura, importa entender qual o papel do mediador na criação de possibilidades para que a relação entre o leitor e o texto seja marcada por experiências educativas, ricas e prazerosas. Para que essa relação ocorra de forma adequada, o leitor precisa dominar certas convenções lingüísticas e ter uma base para compreender as mensagens presentes nos livros. Para que o ato da leitura ocorra, em outras palavras, o leitor precisa dominar um certo repertório e seguir estratégias para decodificar a leitura. A escola é a base onde o desenvolvimento desse repertório e dessas estratégias ocorre, mas há muitos outros universos onde tal desenvolvimento pode completar-se ou ampliar-se.

Uma vez que tal base já está estabelecida, o ato da leitura se transforma, então, em uma interação entre o leitor e o texto, interação na qual o leitor busca construir sentidos a partir da memória e códigos que já traz consigo. Igualmente, a partir das novas experiências proporcionadas pela leitura, permite-se uma abertura para a modificação desse horizonte cognitivo. Nesse sentido, apesar do forte papel desempenhado pela imaginação e pelas referências já acumuladas pelo leitor na sua memória, há sempre uma perspectiva de aquisição de algo totalmente novo, acrescentado à experiência do leitor em sua interação com o novo texto lido. Construir possibilidades de chegar a essa relação interativa com o texto é o que nos faz bons leitores. Trata-se do que Colomer chama de “leitor colaborativo”²¹, aquele que demonstra tanto uma competência interpretativa, como contribui com seus próprios sentidos, sobretudo onde o texto se abre ao não-dito.

8.3 A perspectiva social da leitura

Uma parte dos estudos literários dirige-se à compreensão da leitura como fenômeno social e da literatura enquanto instituição cultural. Trata-se principalmente de entender a aceitação dos livros por crianças e adolescentes de diferentes setores sociais e como se dá a apropriação cultural desses livros.

²¹ COLOMER, T. op. cit. p. 96

Há muitos estudos estatísticos sobre o número de livros lidos, tipos de livros, lugares onde o livro se torna acessível e a combinação desses fatores com os aspectos idade, gênero, características sociais e culturais dos leitores, área geográfica, etc.²² Aliados a esses estudos quantitativos, surgiram, um pouco mais tarde, estudos qualitativos, visando a diagnosticar mudanças no comportamento leitor²³. Muitos desses estudos partem do pressuposto que houve uma maior oferta de livros nos últimos tempos, sobretudo na escola, e que essa nova realidade deveria ter produzido uma nova situação social sobre o fenômeno da leitura. Para decepção de muitos estudiosos, uma mudança qualitativa no comportamento leitor nem sempre foi constatada, mesmo em países de escolaridade mais elevada.

Ainda na perspectiva social, um outro grupo de estudos concentra-se na análise dos textos, percebendo seu papel educativo ou mesmo na criação de valores tidos como desejáveis para as crianças e adolescentes em uma determinada sociedade²⁴.

Encontramos no teórico francês Jean Foucambert e na escritora brasileira Ana Maria Machado algumas posições que aliam a promoção da leitura à ampliação das oportunidades educacionais e de acesso ao conjunto de direitos que definem a condição de cidadania.

Segundo o autor francês,

*“o aumento do número de leitores começa necessariamente por uma transformação da distribuição do poder, do envolvimento e da responsabilidade coletiva e individual. Quer seja na empresa, na vida social e na escola, sempre ocorre o equilíbrio entre a leitura e o status. Uma coletividade gera apenas o número de leitores dos quais precisa. Somente transformando-se ela abre condições para novas distribuições. Uma ação em favor da leitura inicia-se, portanto, por uma evolução do jogo social com o intuito de responsabilizar as pessoas em seu trabalho, seu lazer, sua vida social. Um grupo que vive é um grupo que lê, e não o contrário.”*²⁵

Já Ana Maria Machado traduz em poucas palavras como o incentivo ao prazer de ler deve ser o eixo estruturador de qualquer ação de promoção da leitura que tenha como fim a construção da cidadania:

“Todo cidadão tem o direito de ter acesso à literatura e de descobrir como partilhar de uma herança humana comum. Prazer de ler não significa apenas achar uma história

²² Inscrevem-se aqui as inúmeras pesquisas feitas por órgãos oficiais de quase todos os países, por meios de comunicação ou organizações dedicadas à promoção da leitura, como, por exemplo, as representações do IBBY. In COLOMER, T. op. cit. 114.

²³ Estudos realizados em estreita vinculação com os movimentos bibliotecários de incentivo à leitura, sobretudo em França. Idem, p.115.

²⁴ Lafite e Hollindale, citados por COLLOMER, T. op. cit. p.117.

²⁵ FOUCAMBERT, Jean. A Leitura em Questão. Porto Alegre, ARTMED, 1994, p. 135.

divertida ou seguir as peripécias de um enredo empolgante e fácil – além dos prazeres sensoriais que compartilhamos com outras espécies, existe um prazer puramente humano, o de pensar, decifrar, argumentar, raciocinar, contestar, enfim: unir e confrontar idéias diversas. E a literatura é uma das melhores maneiras de nos encaminhar a esse território de requintados prazeres. Uma democracia não é digna desse nome se não conseguir proporcionar a todos o acesso à leitura de literatura.”²⁶

É a produção de sentido ou sentidos do que se lê que vai permitir ao leitor sua ascensão à autonomia e formulações de juízos críticos. Isto é, um leitor que tem controle de sua própria leitura, que constrói objetivos para a leitura que faz, é capaz, assim, de gerar hipóteses sobre o conteúdo que lê, de buscar outras estratégias de compreensão leitora quando um texto não foi por ele entendido. Diz Foucambert: *“tornar-se leitor significa ter acesso aos escritos sociais, sabendo encontrá-los onde estão. Significa, pois, ser usuário de equipamentos coletivos”²⁷. O leitor não é aquele que lê o livro que lhe é proposto, mas aquele que cria os seus próprios meios de escolher os livros que irá ler (...); é aquele que conhece os meios para encontrar e diversificar os textos ligados aos seus interesses”²⁸.*

9. ABORDAGEM METODOLÓGICA

O projeto Escola de Leitores acontecerá nas cidades já indicadas no item 03 (área de abrangência) devendo, no entanto, apresentar diferenciações em relação à sua execução, de uma cidade para outra. A proposta inicial é de desenvolver ações de mobilização da comunidade escolar para a leitura.

9.1 Estratégias metodológicas de mobilização.

São Paulo – SME- SP

A Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo, em parceria com o Instituto C&A, empreendeu, no ano de 2008, uma ação específica de formação para professores orientadores de salas de leitura, em escolas municipais da região de Capela

²⁶ MACHADO, Ana Maria. *Texturas – sobre leituras e escritos*. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2001, p. 123.

²⁷ O autor refere-se às bibliotecas públicas, disseminadas por toda a França. Aqui também podem ser entendidas as livrarias e demais espaços que propiciem o acesso ao livro e à leitura e que sejam democráticos.

²⁸ FOUCAMBERT, J. op. cit. p. 135.

do Socorro. Esta iniciativa integrou o programa Ler e Escrever, da SME-SP, programa este que define a política de leitura para as escolas do município.

Para o ano de 2009, o Instituto C&A previu formas diferentes de continuidade de suas ações de apoio à promoção da leitura junto a SME-SP. As escolas municipais da região de Capela do Socorro que se submeteram ao programa de formação, realizado em 2008, serão convidadas a participarem de um concurso em que serão escolhidos três projetos que se destaquem pela capacidade de mobilização da escola e da comunidade para a leitura. O evento de lançamento do concurso Escola de Leitores ocorrerá em 24 e 25 de agosto do ano de 2009, por ocasião da realização do Seminário de Avaliação dos projetos de promoção da leitura, desenvolvidos pelas 74 escolas municipais de Capela do Socorro, entre 2008 e 2009. Os prêmios serão, possivelmente, voltados para o intercâmbio de experiências.

Rio de Janeiro – SME - RJ

O Instituto C&A e a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, unidos em parceria, promoverão o Concurso Escola de Leitores, nos mesmos moldes estabelecidos para as escolas da rede pública municipal de ensino de São Paulo, agregando, porém, aos projetos vencedores o assessoramento técnico da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ). O evento de lançamento do Concurso Escola de Leitores realizar-se-á em 07 de agosto de 2009, para um público composto de representantes das 10 coordenadorias que compõem a rede municipal e representantes das respectivas escolas que as integram. O concurso irá selecionar os cinco melhores projetos de salas de leitura de escolas da rede municipal de Ensino Fundamental e dois projetos de instituições de Educação Infantil, também da rede. Os prêmios contemplam viagens de intercâmbio, recursos financeiros para implementação dos projetos e apoio técnico da FNLIJ. A partir desta iniciativa, buscar-se-á consolidar uma proposta de formação de leitores no município do Rio de Janeiro, agregando às ações de promoção da leitura da SME-RJ as diretrizes do programa Prazer em Ler.

Natal - SEEC – RN

Em 2009, além de também realizar o concurso Escolas de Leitores, a idéia é continuar a contribuir para a implementação da Política Estadual de Promoção da Leitura Literária nas escolas públicas estaduais do Rio Grande do Norte. A iniciativa engloba a continuidade do processo de formação de docentes e gestores, mas também se amplia para apoiar ações de promoção de leitura previstas na Lei 9.169 de 15/01/2009, que instituiu formalmente, no Estado, a regularização da leitura literária nas escolas públicas do Rio Grande do Norte. O Instituto C&A continuará trabalhando especificamente com as 74 escolas estaduais de Natal e 03 escolas do município de Parnamirim, para que articulem os projetos político-pedagógicos (PPPs) das suas escolas com a política de promoção da leitura literária prevista na lei. Dessas escolas, 25 receberão um investimento financeiro e formação específica, como forma de se tornarem referência para toda a rede escolar estadual no que se refere a conceitos e práticas de implementação de projetos pedagógicos de promoção da leitura.

Paraty - SME

Ações a serem planejadas

9.2 Eixos para a implantação de projetos de leitura em diferentes contextos culturais.

Os eixos metodológicos do programa Prazer em Ler constituem-se em procedimentos eficazes para a construção de bons projetos de formação de leitores. Eles foram construídos a partir de pesquisas realizadas em inúmeras iniciativas voltadas para a formação de leitores e que foram sobejamente reconhecidas pela força de sua exemplaridade. Os eixos **espaço, acervo, mediação e gestão de projetos de leitura tornar-se-ão o fio condutor do projeto Escola de Leitores.**

9.2.1 Espaço – noções de ambiência, acolhida e pertencimento

Esses espaços podem ser salas de leitura, bibliotecas e espaços móveis (ônibus, barcos, entre outros). O espaço de leitura não pode ser neutro; ao contrário, é importante que ele seja organizado com o intuito de atrair o leitor e viabilizar o acesso e uso do acervo.

Para tanto, a organização do ambiente deve contar com:

- local e mobiliário apropriados para guardar e expor livros e os outros suportes de texto,
- uma boa visualização e comunicação com o ambiente externo onde está inserido,
- facilitação do acesso aos objetos de leitura, para que possam aguçar a vontade e a curiosidade de mexer, buscar, localizar, pesquisar e satisfazer o desejo dos usuários,
- presença de diferentes mídias que favoreçam a interação entre diferentes linguagens: acervos bibliográficos, TV, computador com internet, aparelhos de som e DVD,
- presença de educadores mediadores de leitura durante seu funcionamento para apoiar os leitores em suas buscas e pesquisas e desenvolver atividades planejadas de leitura com os mesmos, e
- uma programação de atividades de leitura conhecida pelo público.

9.2.2 Sobre a qualidade e diversidade do acervo

A principal diretriz que orienta a constituição dos acervos dos espaços de leitura ou bibliotecas é de que estes sejam constituídos com livros que expressem a diversidade e a qualidade da literatura e com outros suportes de texto que sejam relevantes e adaptados aos interesses do público atendido.

A literatura, sobretudo a literatura infanto-juvenil, é o universo dominante na maioria dos acervos dos projetos de leitura do programa Prazer em Ler. As crianças e adolescentes são o público prioritário dos projetos do programa e o acesso a livros de literatura não é, em geral, uma realidade na maioria das suas comunidades. Esse acesso limitado ao livro na infância, sobretudo em idade precoce, compromete em muito o desenvolvimento do potencial da criança tanto de se tornar um leitor, como de ampliar seu universo de conhecimento.

Os acervos de literatura devem idealmente ser constituídos com vistas à formação de um leitor autônomo, capaz de descobrir nos contos de fadas, mitos, livros de literatura

infanto-juvenil, na poesia e literatura universal como um todo, significados que contribuam para a descoberta de sua identidade e para a sua relação cidadã com a sociedade que o cerca. O contato com a literatura deve ser, assim, estimulado pela organização do espaço e pela mediação feita pelo profissional responsável.

Uma biblioteca ou espaço de leitura deve ser um universo capaz de despertar a possibilidade de descoberta, vivida por um leitor que desbrava o que lê em direção a significados novos para a sua vida, em uma busca de novos sentidos que vão se juntar às suas experiências diversas. Para que tal processo seja colocado em movimento, é essencial que o conjunto de livros e outros suportes de texto sejam diversificados e adaptados a interesses múltiplos. Destacamos sempre a importância de se manter, na biblioteca, dicionários atualizados, além de outras publicações de referência para pesquisa ou para a aprendizagem de diversos conteúdos específicos.

O principal critério para a indicação de livros de literatura é a observação da qualidade das imagens e da narrativa, elementos que devem ser capazes de alimentar o interesse e atenção do leitor, estimulando seu gosto pela leitura. Não se deve esperar nada de útil da leitura literária. O acúmulo de conhecimento é objetivo de outros tipos de textos, que devem ser avaliados segundo outros critérios de qualidade. O livro de literatura deve ter como motivação principal a “fruição estética”.

9.2.3 Mediação – o papel do educador na construção da autonomia na leitura

O programa Prazer em Ler tem trabalhado na perspectiva de que o educador mediador de leitura é a figura central para possibilitar a mudança no comportamento leitor nas comunidades em que está inserido. Seja através da biblioteca escolar, de salas de leitura em organizações não-governamentais ou de bibliotecas comunitárias, esses profissionais vêm atuando no sentido de promover o gosto pela leitura entre crianças, adolescentes e seus familiares. Adotando esta estratégia de longo termo, o programa Prazer em Ler investe na formação desses profissionais, começando com o estímulo para que eles desenvolvam uma maior intimidade com a leitura literária, algo ainda limitado mesmo entre o público de educadores brasileiros.

Idéias e conceitos reunidos em diversos documentos do programa Prazer em Ler sintetizam o papel do mediador nos seguintes termos:

*“O educador mediador proposto pelo programa Prazer em Ler é alguém responsável pelo planejamento e realização da programação de leitura do espaço e preparado para realizar esta tarefa. É o educador que acompanha o leitor em sua busca, que observa com acuidade e perspicácia para orientar, identificando temas que lhe são significativos...”*²⁹

A mediação deve gerar um movimento de autonomia no próprio leitor, o que é constitutivo da identidade de toda biblioteca. Para que essa autonomia ocorra entre crianças, principalmente entre aquelas que são muito pequenas ou que tiveram experiência limitada com o acesso ao livro, é importante criar os meios físicos e humanos que se incorporem ao cotidiano e que sejam facilmente percebidos. *“O educador mediador tem, portanto, uma dupla tarefa: 1) apresentar o universo de livros aos leitores, apontando caminhos de transformação, possibilidades de se inserir nesse universo, inovando-o e 2) estimular a responsabilidade e cuidado para com esse patrimônio da humanidade, algo que precisa ser conservado como memória”*.³⁰

Michele Petit faz uma descrição do papel do mediador de leitura como um agente essencial na consolidação dos projetos, programas ou mesmo ações pontuais de incentivo à leitura:

*“... não é a biblioteca ou a escola que desperta o gosto por ler, por aprender, imaginar, descobrir. É um professor, um bibliotecário que, levado por sua paixão, a transmite através de uma relação individual. Sobretudo no caso dos que não se sentem muito seguros a se aventurar por essa via devido a sua origem social, pois é como se, a cada passo, a cada umbral que atravessam, fosse preciso receber uma autorização para ir mais longe. E se não for assim, voltarão para o que lhes é conhecido.”*³¹

²⁹ Guia de Avaliação e Acompanhamento de Projetos de Leitura do Programa Prazer em Ler: Lab Social, 2007.

³⁰ Idem, p.28.

³¹ PETIT, Michèle. *Os Jovens e a Leitura – Uma nova perspectiva*. São Paulo: Editora 34, 2008, p.166.

“Não é apenas para iniciar à leitura, para legitimar ou revelar um desejo de ler, que o papel de um iniciador aos livros se revela primordial. É também, mais tarde, no acompanhamento do trajeto do leitor. Por exemplo, nos bairros marginalizados, para aqueles que elegeram a biblioteca em vez de vagar pelas ruas, que ousaram atravessar a porta uma primeira vez e depois voltar regularmente, não significa que tudo esteja garantido. Ainda falta ultrapassar muitos umbrais. E muitas vezes os trajetos se interrompem bruscamente.”³²

Um mediador de leitura tem funções múltiplas:

- Aproximar leitores potenciais ou aprendizes da leitura dos objetos portadores de texto (livros, jornais, revistas, textos escritos disponíveis, internet, etc.)
- Seduzir os leitores, aproximando-os dos textos, usando argumentos que os convençam do prazer da leitura, da beleza e riqueza dos textos.
- Orientar os leitores para que desenvolvam intimidade com os vários tipos de texto, sobretudo entre aqueles que precisam ainda desenvolver uma relação mais íntima com a leitura.
- Compartilhar saberes, renovando velhas significações, instigando o pensamento na busca de outros significados, contrapondo diferentes visões e entendimentos.³³

Uma boa mediação é feita de encontros bem sucedidos, em que o mediador, levado por sua paixão e por seu desejo de compartilhar o gosto de ler, estabelece uma relação personalizada, tanto com os livros, como com os leitores. Petit aprofunda o sentido desta relação ao afirmar que o mediador é alguém que acolhe, que recolhe as palavras do outro e com ele estabelece um vínculo afetivo, sem deslizar-se para uma mediação do tipo puramente pedagógico. Por isso o seu papel é o de estabelecer pontes. Ele está em uma posição chave para levar os principiantes da leitura a acertarem em suas escolhas e, para isso, o conhecimento do acervo é fundamental. O mediador então age no sentido de tornar a biblioteca aquilo que um jovem entrevistado por Michele Petit

³² *Id. ibid.*, p.166.

³³ GARCIA, Edson Gabriel, in *Livro do Educador II*. Cenpec, Instituto C&A, 2007, pp. 103 e 104.

disse sobre o que é uma biblioteca ideal: *é aquela que quando entramos para buscar certo livro, encontramos outro*³⁴ .

9.2.4 A Gestão de Projetos de Leitura

Existem diferentes tipos (gestão de pessoas, gestão financeira, gestão de projetos...) e modelos de gestão (gestão por resultados, gestão participativa, etc.). Não há um determinado modelo de gestão unificado para todas as instituições educativas parceiras. Entretanto, alguns princípios devem ser considerados na gestão dos projetos de leitura, sobretudo os princípios que se traduzam em procedimentos que garantam coerência com a proposta político-pedagógica desse campo de atuação.

Nesse sentido, a gestão de um projeto de leitura deve considerar os fins para os quais o projeto foi criado, desde a concepção do espaço (ambiente, mobiliário, iluminação, ventilação), do acervo (tipo de materiais, diversidade e qualidade); da mediação da leitura (atividades propostas, organização que valorize os objetos de leitura), até a participação da instituição como um todo e da comunidade do entorno nos processos de planejamento e avaliação. Assim, a estratégia de gestão tem que buscar a ampliação da visibilidade e do sentido do projeto de leitura na instituição e na comunidade, envolvendo todos os segmentos – crianças, adolescentes, educadores e/ou cuidadores, mães, pais, comunidade do entorno, gestores da instituição, mediadores de leitura e gestor do projeto de leitura.

O gestor do projeto de leitura, que também deve ser mediador, tem o papel fundamental de orquestrar a gestão, ou seja, de articular processos e procedimentos para a realização de uma gestão articulada e participativa. Um bom começo para a gestão a partir desses princípios é identificar qual o principal objetivo a que o projeto visa atingir.

Se o público principal é composto por crianças e adolescentes – como acontece na maioria dos projetos do programa Prazer em Ler - a instituição deve ter clara a concepção de criança e adolescente posta no ECA - a saber, a criança e o adolescente como sujeito de direitos -, assim como os princípios de participação desses sujeitos em

³⁴ PETIT, *op. cit.*, p. 186.

atividades, processos e programas que diretamente atingem e/ou dizem respeito à sua vida. Dessa forma, perceber quem é a criança e o adolescente a quem estamos querendo seduzir para a leitura, qual a situação em que vive, do que gosta e do que desgosta, é um passo fundamental para elaborar um bom planejamento do projeto. Do mesmo modo, entender como as pessoas da organização lidam com a leitura, tanto em seus fazeres pedagógicos quanto como em suas vidas cotidianas, também são pistas interessantes para desenvolver estratégias participativas de gestão de um projeto de leitura.

Como já foi dito, o coordenador do projeto de leitura, que deve ser também mediador de leitura, é um profissional fundamental para o estabelecimento uma gestão democrática e participativa. Para tanto, deve estar sempre em ampla comunicação com os gestores da instituição que abriga o espaço de leitura.

O conceito de gestão de projetos de leitura está diretamente relacionado às funções que o mediador de leitura exerce para tornar a leitura algo cotidiano na instituição da qual faz parte. Levando em consideração que o gestor/mediador é o responsável pelo planejamento e organização de tudo o que acontece no espaço de leitura e de sua articulação com a vida institucional e comunitária, sua atuação envolve desde assumir atividades práticas que definem o funcionamento da biblioteca até a definição de estratégias para a geração de vínculos com a comunidade que circunda esse espaço de leitura.

Assim, é de responsabilidade do mediador/gestor o cuidado com o espaço e sua preparação para as diferentes atividades de leitura, o cuidado com o acervo, e a promoção da interatividade do leitor com outros leitores e com os livros. Para que isso aconteça é necessário que o mediador construa, juntamente com sua equipe, mecanismos para planejar e avaliar sistematicamente suas ações e o funcionamento do espaço, criando condições para o envolvimento e a participação das crianças, dos adolescentes e da comunidade atendida nos projetos.

Assim, pensar a gestão de um projeto de leitura implica em dar conta de uma diversidade de funções que devem realizar-se de forma articulada e em expandir a promoção da leitura também para as articulações comunitárias.

Eis algumas destas funções:

1. Elaboração do plano de desenvolvimento do espaço de leitura de forma participativa, envolvendo os leitores e outros agentes do espaço de leitura. O plano é realizado com base no projeto de leitura e deve conter: objetivos, atividades, horários, acordos e responsabilidades quanto a:
 - planejamento da organização e funcionamento do espaço;
 - definição sobre a organização do acervo, especialmente de literatura;
 - programação semanal, mensal ou de eventos pontuais de atividades de leitura;
 - atendimento e orientação para empréstimos dos livros;
 - orientação de pesquisas e outros serviços oferecidos pelo espaço;
 - definição dos procedimentos e instrumentos para monitoramento e avaliação do projeto.

2. Produção de materiais de comunicação do projeto e das programações do espaço de leitura, de modo a dar maior visibilidade às atividades realizadas na biblioteca. Isto pode ser feito por meio de:
 - elaboração de um plano de comunicação, incluindo:
 - contatos e/ou encontros com diferentes lideranças comunitárias para divulgar sistematicamente a programação de leitura realizada no espaço de leitura e convidar os moradores para participar dos eventos;
 - programações conjuntas com outras organizações locais: organizações governamentais, escolas, grupos comunitários, bibliotecas, etc.
 - exposição de materiais de informação sobre as produções e programação do espaço de leitura nos locais de grande circulação de moradores da comunidade: comércio, postos de saúde, escolas, espaços de convivência entre outros.

Resumindo, a gestão do projeto de leitura deve considerar os três eixos estruturadores do programa Prazer em Ler - acervo, espaço e mediação - articuladamente aos objetivos do projeto de leitura e à missão da organização.

10. Metodologia de Avaliação

11. RESULTADOS ESPERADOS

- Aprimoramento de projetos de formação de leitores em escolas públicas de São Paulo, Rio de Janeiro, Natal e Paraty, tornando-os referência para as redes públicas de educação;
- Intercâmbio e disseminação de experiências de formação em leitura literária desenvolvidas nas redes públicas de educação, das cidades acima indicadas;
- Visibilidade pública das boas ações de promoção da leitura e de formação de leitores, de forma a favorecer a consolidação de políticas públicas de leitura;

12. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO (em desenvolvimento)

BIBLIOGRAFIA

COLOMER, Tereza. A Formação do Leitor Literário. Trad. Laura Sandroni, São Paulo, Edit. Global, 2003.

_____. Andar Entre Livros – a leitura literária na escola. Trad. Laura Sandroni, São Paulo, Global, 2007.

FOUCAMBERT, Jean. A Leitura em Questão. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre, Ares Médicas, 1994.

GARCIA, Edson Gabriel. Prazer em Ler. In: Instituto C&A; Cenpec. São Paulo, 2006.

INSTITUTO C&A; LABSOCIAL. Guia de Acompanhamento e Avaliação de Projetos de Leitura. São Paulo, 2007.

_____; CENPEC. Prazer em Ler. São Paulo, 2006.

_____. Documento de Referência. São Paulo, 2008.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. Retratos da Leitura no Brasil. Rio de Janeiro, 6ª. Edição, 2008.

JOUBE, Vincent. A Leitura. Trad. Brigitte Hevot. São Paulo, Editora UNESP, 2002.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMANN, Regina. Literatura Infantil Brasileira – História & Histórias. São Paulo, Editora Ática, 6ª. Edição, 2002.

PETIT, Michèle. Os Jovens e a Leitura – uma nova perspectiva. Trad. Celina Olga de Souza. São Paulo, Editora 34, 2008.

PNLL. Plano Nacional do Livro e da Leitura. Documento Base do PNLL, 2006.

WWW.PNLL.GOV.BR